



Base Nacional Comum Curricular: implicações sociais e políticas sob as temáticas de gênero e orientação sexual

Juliane Prestes Meotti (PG)*, Thiago Rodrigues Moreira (PG), Hélvio Frank de Oliveira (PQ)

e-mail: julianemeotti@hotmail.com

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologia, da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus de Ciências Socioeconômicas e Humanas de Anápolis/GO.

Resumo: O presente trabalho discute um dos campos mais polêmicos em relação à aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que consiste na supressão dos termos “gênero” e “orientação sexual” de todo o corpo do documento. Trata-se de uma reflexão, vinculada à pesquisa documental e as principais obras que abordam os temas. Discutem-se as implicações da retirada dos termos e suas possíveis consequências no contexto escolar. As concepções vinculadas à identidade de gênero e orientação sexual são construídas socio históricas e discursivamente, dessa forma, o conceito de gênero é compreendido para além das diferenças biológicas entre homens e mulheres. Representa a construção social das características que são atribuídas a homens e mulheres, num determinado momento histórico, formando a categoria de poder determinante das relações sociais. As discussões aqui apresentadas apontam um retrocesso nas políticas educacionais tendo em vista a relevância das temáticas que envolvem as relações de gênero e orientação sexual. A escola, considerada como espaço privilegiado de socialização, deveria ser o local de estímulo ao debate e problematizações, e não, de coibição e silenciamento

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. Retrocesso. Identidade de gênero. Sexualidade.

Introdução

Raphaella Noviski cursava o 9º ano do ensino fundamental, tinha 16 anos, era descrita como meiga e carinhosa por seus familiares. Desde a separação de seus pais, morava com a avó e a irmã mais velha. Frequentava regularmente o Colégio Estadual 13 de Maio, na cidade de Alexânia (GO), onde foi brutalmente assassinada. O autor do crime é ex-aluno da instituição, em depoimento à delegada Rafaela Azzi, admitiu que tentou namorar a jovem, mas foi rejeitado. Depois disso, decidiu invadir a escola, entrou na sala de aula e disparou onze vezes contra o rosto da adolescente. Raphaella é, sem dúvidas, mais uma vítima da violência decorrente da relação desigual entre homens e mulheres, ou seja, feminicídio. O assassino não aceitou ser rejeitado, sua atitude cruel indica que mantinha dentro de si a crença de que a mulher pertence ao homem e, portanto, deveria ter seu amor correspondido. Não havendo correspondência, sentenciou a jovem à morte.

Grande parte das crenças sociais são construídas e sustentadas por princípios religiosos, pela literatura, por normas comportamentais que são impostas e com o

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



passar do tempo acabam sendo consideradas naturais. Expressões como “homem deve ser corajoso”, “homem não chora”, “mulher é o sexo frágil” e tantas outras que conhecemos, criam características que são associadas aos papéis tradicionalmente representados por homens e mulheres. Muitas vezes, tais características servem como base para a construção de estereótipos de gênero. Lins, Machado e Escoura (2016, p. 16) ressaltam que “quando generalizações como essas são repetidas em casa, na igreja, na televisão, na escola ou nas diversas situações do dia a dia, reafirmam-se as normas de gênero.”

As estatísticas anunciam que a violência contra as mulheres tem aumentado de forma exacerbada. Segundo o Instituto Avon em parceria com o Data Popular¹, três em cada cinco mulheres já sofreram violência em relacionamentos. De acordo com essa mesma pesquisa, 96% dos jovens percebem a existência do machismo no Brasil, é praticamente a totalidade entre os/as participantes. Cabe ressaltar que foram entrevistados homens e mulheres com idade entre 16 a 24 anos, isso mostra que, a violência está presente na vida dos/das jovens e, de certa forma, considerada naturalizada. Basicamente, o que se postula é que existe um padrão cultural de subordinação feminina em detrimento da masculina que faz com que essas relações de poder e opressão sejam consideradas normais.

A leitura desses dados é um convite à reflexão e retrata a urgência em serem discutidas as relações assimétricas de poder entre gêneros que fazem parte da sociedade de cultura machista e sexista em que vivemos. Moita Lopes (2008) comenta que a escola é uma agência importante na constituição de quem somos e seus discursos podem legitimar outros sentidos sobre quem podemos ser ao apresentar outras narrativas para a vida orientadas por um sentido de justiça social. O feminicídio é apenas uns dos que podem ser abordados sob a temática de gênero na escola. Como vimos, o caso da estudante Raphaella não é uma exceção. Quando falamos a respeito das relações desiguais de gênero, estamos falando de sofrimento humano. A supressão dos termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” da Base Nacional

¹ Pesquisa realizada pelo instituto Avon em parceria com o Data Popular. Foram entrevistados cerca de 2 mil jovens entre 16 a 24 anos de idade. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/12/instituto-avon-e-data-popular-divulgam-pesquisa-sobre-violencia-domestica> Acesso em: 03/01/2018.



Comum Curricular (BNCC) representa um grande retrocesso nas políticas educacionais brasileiras. Na concepção de Miguel (2016, p. 33), “não debater estas questões acaba projetando uma educação incapaz de intervir no mundo, tornando-se cúmplice das injustiças e violências que nele ocorrem.”

Material e Métodos

A escolha da prática de pesquisa se deu no formato de análise documental, por tratar-se de estudar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento oficial que orienta a educação básica brasileira. Ludke e André (1986) ressaltam que uma das vantagens do uso de documentos na pesquisa é o fato de serem uma fonte rica e estável, fornecem informações contextualizadas porque, geralmente, a escolha do documento não é feita de forma aleatória. As políticas educacionais emergem sempre em um contexto específico e interferem nas estruturas em que as escolas se vinculam e organizam suas práticas sociais.

Chizzotti (2014) pressupõe que um texto contém sentidos e significados que podem ser apreendidos por leitores/as por meio de técnicas sistemáticas e apropriadas. No contexto da pesquisa, são discutidos sentidos e significados decorrentes da retirada dos termos “gênero” e “orientação sexual” do corpo do documento. Esse mesmo autor resalta que a omissão, as ignorâncias consentidas, as preferências seletivas por palavras também revelam a intensão, valores e preferências de seu emissor. Portanto, faz-se uma leitura do contexto e das circunstâncias em que se deu a promulgação da BNCC, analisando suas implicações à luz dos estudos e das teorias que regem os temas.

Resultados e Discussão

BNCC histórico

A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto de competências e aprendizagens, considerados essenciais e indispensáveis que todos/as alunos/as da Educação Básica devem desenvolver (BRASIL, 2017). A priori, o documento legisla sobre duas etapas da educação básica, sendo a educação infantil

e o ensino fundamental. O detalhamento correspondente ao ensino médio será incorporado posteriormente à sua estrutura.

Trata-se de um documento extenso, com quase 500 páginas, contendo o conjunto de referências que irão orientar a elaboração do currículo, a formação de professores e professoras e a produção de material didático. Esse documento aplica-se à educação escolar oferecida por instituições públicas e privadas do Brasil. Promulgada aos 20 dias do mês de dezembro de 2018, em meio a um período conturbado da política nacional.

Desde a apresentação da primeira versão em março de 2016, a estruturação e o conteúdo deste documento sofreram inúmeras críticas e foram palco de discussões acaloradas. Embates entre grupos conservadores e especialistas de diferentes áreas da educação fizeram parte de todo esse processo. Entretanto, ao apresentar a terceira e última versão, percebe-se o recuo do MEC em discutir questões identitárias, suprimindo de todo o documento as referências aos termos “identidade de gênero” e “orientação sexual”. Pessoa e Hoelzle (2018) destacam que, apesar de acirrados os embates, tem havido uma prevalência do conservadorismo nas políticas públicas educacionais.

Diversas informações são veiculadas à temática de gênero. Dentre elas, destaco as divulgações iniciadas pelo Movimento Escola Sem Partido (MESP), publicadas em seu site oficial², vinculando a identidade de gênero à educação moral e acusam professores e professoras de usurparem “o tempo precioso de suas aulas para influenciar o juízo moral dos alunos sobre temas como sexualidade, homossexualismo [sic.], contracepção, relações e modelos familiares etc” (SILVA e NAGIB, 2010). Essa informação não condiz com a real temática discutida sob a perspectiva de gênero e, por sua vez, instaura a desconfiança em relação à prática dos/das profissionais da educação, julgando como perda de tempo debater assuntos que são pertinentes à sociedade. Dinis (2011) nos lembra que a omissão também é signo de violência. Nesse sentido, o autor destaca que os/as docentes devem ser encorajados a assumir sua responsabilidade no combate a todas as formas de preconceitos e discriminações que permeiam o espaço escolar.

² Disponível em: < <http://www.escolasempartido.org/> >. Acesso em: 09 de jan. 2018.



Em outro artigo disponibilizado no site do MESP, Soares (201?) assinala o caráter de urgência em combater a “ideologia de gênero”, pois a noção de igualdade incentiva a relação homoafetiva provocando um desvio dos desejos heterossexuais, da estética corporal e uma revolução dos costumes. A literatura presente neste artigo argumenta que tais afirmações não representam o bojo das discussões sobre a construção das identidades de gênero. O que de fato pretende-se discutir são as relações histórias e culturais que posicionam categorias identitárias em situação de desigualdade.

Construção sócio histórica das identidades de gênero

O conceito de gênero está para além das diferenças biológicas entre homens e mulheres. Representa a construção social das características que são atribuídas a homens e mulheres, num determinado momento histórico, formando a categoria de poder determinante das relações sociais. Segundo Haraway (2004), o termo “identidade de gênero” foi apresentado pelo psicanalista Robert Stoller, em 1963, durante um congresso de biomedicina e estava relacionado aos seus estudos sobre intersexualidade e transexualidade. Fazia parte do binarismo biologia/ cultura, vinculando sexo à biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e gênero à cultura (psicologia e sociologia). Assim, sob o olhar biomédico e psicanalítico o termo foi concebido distante das implicações sociais e políticas que envolvem o conceito de identidade de gênero. Os gêneros masculino e feminino eram considerados categorias fixas e estáveis com base nas diferenças biológicas, sistema que ficou conhecido como sexo-gênero.

Outro marco nesses estudos foi a publicação do artigo Tráfico de mulheres: notas sobre uma economia política [tradução minha] escrito por Gayle Rubin em 1975. Ela analisa a partir dos estudos de Freud e Lévi-Strauss a questão da subordinação da mulher como forma de opressão partindo do sistema sexo-gênero para questionar a relação direta e naturalizada entre reprodução e relações de parentesco, sendo essas as origens da criação social de gêneros dicotômicos através da divisão sexual



do trabalho, atribuindo um papel social a ser desempenhado por cada um deles. Tanto homens quanto mulheres são categorias socialmente produzidas.

De acordo com Scott (1995), o gênero passou a ser uma categoria relacional e política. Ela propõe que o binarismo homem/mulher deve ser explicado ao invés de ser tomado como base fixa, deve ser considerado como uma categoria analítica ou ainda como uma forma de conversar sobre teorias sociais. Dessa forma, a maneira de se compreender o conceito de gênero não é mais baseada nas diferenças biológicas ou “naturais” e sim no campo discursivo e histórico de relações de poder.

É importante conhecer os caminhos pelos quais pesquisadores e pesquisadoras percorreram para compreender e construir o conceito de gênero. Reconhecer que a historicidade do conceito se relaciona com lutas sociais que ainda estão presentes na sociedade atual como a crítica ao determinismo biológico e à desigualdade entre homens e mulheres. A esse respeito, Fernandes, Pereira e Freitas (2014) afirmam que as diferenças entre os sexos, ao contrário do que sempre instituiu a tradição, não são fruto de uma herança natural, mas ao contrário, são o resultado de um processo de construção cultural que dita o que é próprio para homens e mulheres dentro de padrões instituídos socialmente, ou seja, convenções sociais.

Dentro dessa perspectiva é possível afirmar que, a supressão dos termos no documento oficial da BNCC exclui as questões de gênero do âmbito escolar como forma de manter ou instituir a “organização social” que, como podemos ver, faz com que sejam perpetuadas às relações históricas de desigualdade entre homens e mulheres. Embora seja possível abordar tais questões sob o que é definido pelas competências gerais descritas no documento, o que se postula é a necessidade de evidenciar a relevância desses temas na constituição de quem somos ou de quem podemos ser.

É destaque como competência primeira, que devemos valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para entender e explicar a realidade e “colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2017). Observa-se, portanto, que a retirada dos termos do corpo do documento vai na direção oposta, constituindo uma trama institucional na qual reforça aquilo que não é democrático e, muito menos, inclusivo. Telles (2013, p. 24) evidencia



o descompasso entre a existência formal de direitos e a prática efetiva afirmando que “a igualdade prometida pela lei reproduz e legitima desigualdades” ou “proclama a realização da justiça social, mas bloqueia os efeitos igualitários dos direitos na trama das relações sociais”.

Implicações sociais e políticas

O/A profissional da educação atento/a as relações de poder e desigualdade certamente abordará tais questões em sala de aula, independente da supressão dos termos, já que, fazem parte das relações humanas. Porém, o/a profissional que tem visão funcionalista e tecnicista, descompromissado com a formação integral do ser humano continuará não evidenciando ou não percebendo a existência de tais relações. Antes mesmo da retirada dos termos do documento oficial já havia se instaurado o clima de desconfiança e vigia por parte de grupos mais conservadores, isso poderá influenciar a prática docente no sentido de evitar situações que possam ser consideradas inadequadas.

A BNCC orientará currículos estaduais e municipais e, conseqüentemente, a produção de material didático. Assim como destaca Lopes (2006, p. 48) o livro é visto como orientador pedagógico do trabalho do/a professor/a. “Tem-se, com isso, a tendência de buscar a leitura unívoca do livro didático e a elaboração do livro didático ideal, algo que, por exemplo, não é esperado nem desejado dos livros não- didáticos.” Vale dizer que já havia uma certa cautela por parte de autores e autoras de livros didáticos em evitar temas que poderiam ser considerados polêmicos, talvez por orientação das próprias editoras, com receio de seus livros serem rejeitados pelas escolas. Concordo com a concepção de Oliveira (1999, p. 61) ao afirmar que, “essa grande operação de silêncio, de roubo de fala, que se sintetiza na busca da ‘harmonia social’, é bem o signo da anulação política.”

Gohn (2002, p. 98) discute os sentidos das reformas educacionais salientando que elas nem sempre são sinônimos de progresso, transformações ou mudanças qualitativas, sendo “fundamental que se entenda que as reformas sempre remetem a relações sociais e relações de poder”. Nesse sentido, é importante destacar que



reformas na área da educação são parte de um conjunto de outras reformas nas políticas sociais como um todo. Uma das formas de subverter a assimetria hierárquica das relações de poder consiste em aumentar a consciência das situações de opressão. No caso das relações de gênero e sexualidade, significa compreender historicamente a forma com que tais relações vêm sendo construídas.

Considerações Finais

Em virtude do que foi mencionado é possível afirmar que houve retrocesso nas políticas educacionais tendo em vista a relevância das temáticas que envolvem as relações de gênero e orientação sexual. A escola, como espaço privilegiado de socialização, deveria ser o local de estímulo ao debate e problematizações, e não, de coibição e silenciamento. Levando em conta o que foi observado, a supressão dos termos na BNCC é uma forma de ser cúmplice as injustiças e violências pautadas nas questões de gênero e orientação sexual.

Situações como a de Rafaella certamente poderão ser evitadas se o ambiente escolar oferecer espaço para que possam ser discutidas e problematizadas as vivências sociais, afim de, diminuir a relação desigual entre os gêneros. A retirada desses termos provoca a institucionalização das desigualdades. Por outro lado, ressalta-se que não há proibição expressa, mas, de certa forma, coibe a prática docente. Já que as orientações da BNCC irão interferir no currículo, na produção de material didático e na formação de professores e professoras. É preciso igualmente ter uma expectativa positiva em relação a educação, pois, essas discussões fazem parte do cotidiano, do processo histórico e das relações de poder. Muitos mitos preconceituosos têm sido criados espalhando o medo e a desconfiança, entretanto, pesquisas acadêmicas são realizadas a fim de descortinar novas perspectivas, contribuindo para uma educação não discriminatória e inclusiva.

Agradecimentos

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela concessão da bolsa que me possibilitou dedicação integral na realização do presente estudo.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
GraduaçãoPRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-GraduaçãoPRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos EstudantisUniversidade
Estadual de Goiás

Referências

BRASIL (2017). **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf>

BRASIL, Portal Brasil. Cidadania e Justiça. Instituto Avon e o Data Popular. **Pesquisa Violência Doméstica: o jovem está ligado?**, 2014.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências sociais e humanas.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em revista**, v. 27, n. 39, p. 39-50, 2011.

FERNANDES, C. F.; PEREIRA, A. L.; FREITAS, L. Gênero, sexualidade e diversidade em contexto escolar: desafios à ordem social normatizante e excludente. In: PEREIRA, A. L.; PINHEIRO, V.; ABREU, S. E. A. (Orgs.). **Diálogos interdisciplinares em educação, linguagem e tecnologias.** Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2014.

FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L. Antropologia e Feminismo. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOHN, M.G. Educação, trabalho e lutas sociais. In: GENTILLI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.** São Paulo: Cortez; [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2002.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu** (22), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2004, pp.201-246.

LINS, B. A.; MACHADO, B. F.; ESCOURA, M. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola.** São Paulo: Editora Reviravolta, 2016. p. 9-102.

LOPES, A. C. (2006). Discursos nas políticas de currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n.2, pp. 33-52.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo. EPU, 1986.



MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, vol. 7, no 15, 2016.

MOITA LOPES, L. P. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 125-148, 2008.

OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 55 – 81.

ORTNER, S. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?. In: Rosaldo, M. E Lamphere, Louise. **A Mulher, A Cultura e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PESSOA, R. R.; HOELZLE, M. J. Ensino de línguas como palco de política linguística: mobilização de repertórios sobre gênero. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, [S.l.], v. 56, n. 3, 781-800, jan. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8649840/17465>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

RUBIN, G. The Traffic in Women. Notes on the “Political Economy” of Sex. In: REITER, Rayna (ed.) **Toward an Anthropology of Women**. New York, Monthly Review Press, 1975.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SILVA, L.C.F; NAGIB, M. **Direito dos pais ou do Estado?**, 2011. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/educacao-moral/66-direito-dos-pais-ou-do-estado>. Acesso em: 09 de jan. 2018.

SOARES, R. **Porque os pais devem dizer NÃO à ideologia de gênero.201?**. Disponível em: < <http://escolasempartido.org/artigos-top/558-porque-os-pais-devem-dizer-nao-a-ideologia-de-genero>>

TELLES, V.S. **Pobreza e cidadania**. São Paulo, Ed. 34, 2013.